

PODER

Apoio ao Fundo Amazônia

Estados Unidos anunciam a intenção de colaborar com recursos para a preservação da floresta. O valor, porém, não é informado

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou, em um comunicado conjunto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a intenção de colaborar com o Fundo Amazônia. A nota foi emitida após a reunião entre os dois chefes de Estado, ontem, na Casa Branca. O líder americano, no entanto, não mencionou o valor a ser liberado pelo país.

“Como parte desses esforços, os Estados Unidos anunciaram sua intenção de trabalhar com o Congresso para fornecer recursos para programas de proteção e conservação da Amazônia brasileira, incluindo apoio inicial ao Fundo Amazônia, e para alavancar investimentos nessa região muito importante”, diz o comunicado.

Pouco antes, ao sair da reunião com Biden, disse que “senti muita vontade” dos Estados Unidos em contribuir para ações de proteção ao meio ambiente. Ele declarou, no entanto, que o assunto sobre a participação dos americanos no Fundo Amazônia não foi discutido, mas que “acha que vão” aderir e que a entrada deles é “necessária”.

“Senti muita vontade do governo Biden em participar da contribuição de um fundo com todos os países desenvolvidos para a gente cuidar melhor do nosso planeta”, ressaltou Lula. Questionado sobre o anúncio da entrada dos EUA no Fundo Amazônia, respondeu: “Acho que vão. Não só eu acho que vão como é necessário que participem. O Brasil não quer transformar a Amazônia em um santuário da humanidade, mas também o Brasil não quer abrir mão de um território que é soberano. O que nós queremos é compartilhar”.

Lula defendeu a união entre Brasil e EUA para uma “governança global”, com medidas em prol do meio ambiente. “É preciso que a gente estabeleça uma nova conversa para construir uma governança mundial

Andrew Caballero-Reynolds / AFP



A reunião entre os presidentes Lula e Biden, na Casa Branca, durou cerca de duas horas. Petista tem retorno para o Brasil marcado para hoje

» Queda no desmatamento

A área de desmatamento em janeiro de 2023 na Amazônia Legal foi de 167km², a quarta menor marca para o mês na série histórica do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que começou em 2015. O dado foi divulgado, ontem, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em relação a janeiro do ano passado, houve queda de 61%. O mesmo período de 2022 marcou 430km² de desmatamento.

mais forte. Porque a questão climática, se não tiver uma governança global que tome decisões, que todos os países sejam obrigados a cumprir, não vai dar certo”, argumentou. “Não sei qual fórum, não sei se na ONU, no G20, no G8, mas alguma coisa a gente tem de fazer para obrigar os países, o nosso Congresso, empresários a acatarem a decisão que tomamos

em níveis globais. Se isso não acontecer, a nossa discussão sobre a questão climática ficará muito prejudicada. Acho que não temos muito tempo. Urgentemente precisamos tomar atitude. No Brasil, vamos fazer o que é possível fazer.”

Ele destacou o acordo feito em 2009, em Copenhague, quando participou da COP15. “Assumimos o compromisso de reduzir

o desmatamento em 80% e diminuir a emissão de gases de efeito estufa em 39%, e nós cumprimos isso”, ressaltou. Em indireta ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmou que “nos últimos anos, a Amazônia foi invadida pela irracionalidade política e humana”. “Tivemos um presidente que mandava desmatar, mandava garimpo entrar em áreas indígenas, mandava garimpar nas florestas que demarcávamos como reserva na Amazônia”, citou.

O petista ressaltou o objetivo de desmatamento zero na Amazônia até 2030 e que pretende transformá-la em “um centro de pesquisa compartilhada com o mundo inteiro”. “Assumi um compromisso que até 2030 vamos chegar a desmatamento zero na Amazônia. Vamos fazer um

esforço muito grande para transformar a Amazônia, não em um santuário da humanidade, mas num centro de pesquisa compartilhada com o mundo inteiro para que a gente possa tirar proveito da riqueza da biodiversidade da Amazônia, para ver se transformamos essa riqueza em melhoria da qualidade de vida do povo que mora na Amazônia”, enfatizou.

Sobrevivência

O chefe do Executivo disse que cuidar da Amazônia é cuidar do planeta Terra. “Cuidar do planeta Terra é cuidar da nossa sobrevivência. E, por isso, todos nós temos a obrigação de deixar para nossos filhos e netos um mundo melhor do que

nós recebemos dos nossos pais”, pontuou. “Uma árvore de 300 anos não tem proprietário. Ninguém pode derrubá-la. É um patrimônio da humanidade. Ela está lá para garantir a subsistência do planeta. Por isso, vamos levar muito a sério a questão do clima”, acrescentou.

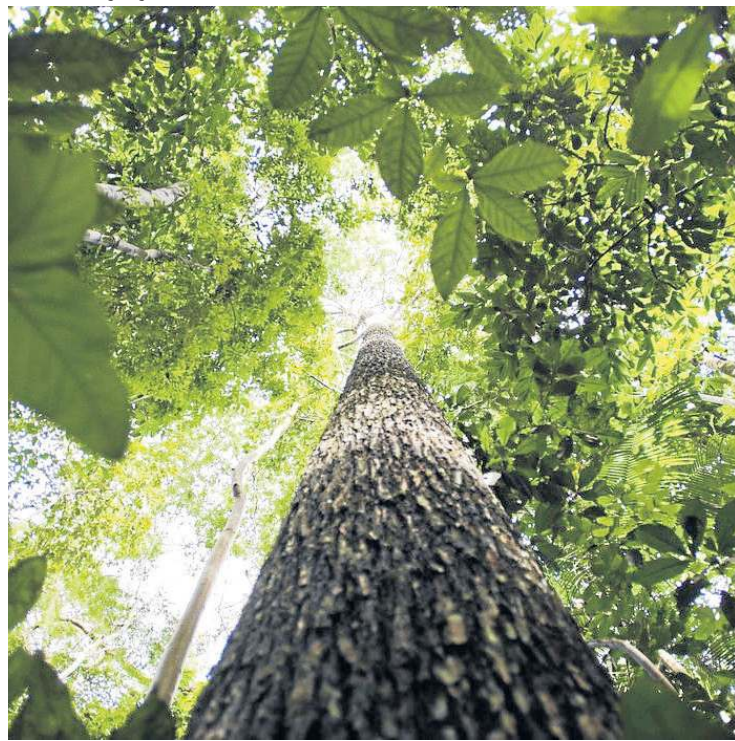
Por fim, emendou que “os EUA e o resto do mundo podem contar com o Brasil na luta pela preservação ambiental”. “Isso não é um programa de governo. É um compromisso de fé de alguém que acredita no humanismo, na fraternidade, na solidariedade. Não quero viver num mundo em que os humanos se transformarão em algoritmos. Quero viver num mundo em que os humanos sejam humanos. E, para isso, precisamos cuidar com muito carinho daquilo que Deus nos deu, que é o planeta Terra”, frisou.

Democracia

Lula também citou desafios em comum com os Estados Unidos, como defesa da democracia e combate à desigualdade. Em referência às eleições americanas, afirmou ser preciso garantir que “nunca mais” haja um novo capítulo do Capitólio, ocorrido em 2021.

“Agora, temos alguns problemas para trabalharmos juntos. Primeiro, nunca mais permitir que haja um novo capítulo do Capitólio e que nunca mais haja o que aconteceu no Brasil com a invasão do Congresso, do Pláneto e do STF (Supremo Tribunal Federal)”, destacou. “A segunda coisa que temos que trabalhar juntos é o combate à desigualdade. A questão racial que, de vez em quando, vejo ser praticada em todos os países, nos EUA, no Brasil. Sobre tudo os jovens negros da periferia são vítimas muitas vezes da incapacidade do Estado, porque a violência que existe na periferia é a ausência do Estado com políticas públicas para garantir sonhos à juventude.” O terceiro problema, segundo ele, é justamente a questão climática.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Carta pede medidas para impedir a degradação da Amazônia

Entidades pedem ações bilaterais

Um dia antes do encontro entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Joe Biden, uma coalizão da sociedade civil brasileira pediu, em carta aos chefes de Estado, que ambos os países se comprometam com o desmatamento zero nos biomas brasileiros, especialmente a Amazônia.

O documento é assinado por 28 organizações indígenas, ambientais e do movimento negro e defende que, além do financiamento de ações por parte dos Estados Unidos, é importante incluir a sociedade civil e os povos originários na formulação de políticas.

“Esse primeiro encontro deve ser o primeiro passo para o trabalho conjunto de ambos (os países), a fim de impedir a

degradação da Amazônia e demais biomas brasileiros. E evitar ainda maiores impactos negativos às pessoas que já sofrem com os efeitos das mudanças climáticas e do racismo ambiental”, escrevem as entidades na carta, enviada a Lula, a Biden; à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; e ao enviado especial dos Estados Unidos para a questão climática, John Kerry.

Segundo assessores, Marina recebeu o documento, e Kerry se comprometeu a lê-lo antes da reunião entre os presidentes, ocorrida ontem à noite.

De acordo com a organização internacional Avaaz, que compilou o documento, os Estados Unidos são o segundo maior importador de carne bovina do Brasil, atrás apenas da China, e

cerca de 1/6 do produto é importado dos estados da Amazônia.

A Avaaz argumenta que os EUA seriam impactados em caso de desmatamento total da floresta, levando à redução de 10% a 20% nas chuvas na região noroeste do país, segundo estudo publicado em 2013 por pesquisadores da Universidade de Princeton, de Miami e da Agência de Proteção Ambiental dos EUA.

“Muito do que a gente pode fazer para preservar os biomas é aqui em casa mesmo, com legislação, fiscalização. Mas a Amazônia, principalmente, está conectada na cadeia global de valores, com o sistema financeiro internacional, bancos que financiam atividades de desenvolvimento na região”, explicou ao *Correio* o diretor de campanhas da Avaaz,

Diego Casaes. “Os Estados Unidos são um player muito importante, talvez o mais importante, na organização do sistema internacional. Ter um apoio explícito do país na criação de políticas que não sejam prejudiciais ao meio ambiente é fundamental.”

Outro ponto importante que permeia a carta é o combate ao racismo ambiental. “Os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e a população negra periférica são os mais vulneráveis à devastação do meio ambiente, às mudanças climáticas e aos desastres ambientais. Isso precisa estar na mesa como princípio inegociável para qualquer acordo entre Brasil e Estados Unidos”, frisou Igor Travassos, integrante da Coligação Negra por Direitos. (VC)

Dilma a caminho do banco dos Brics

» HENRIQUE LESSA

Com a sinalização positiva dos demais sócios, a ex-presidente Dilma Rousseff deve ser confirmada para a presidência do banco dos Brics, instituição financeira de fomento do bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) é presidido atualmente pelo brasileiro Marcos Troyjo, indicado no governo Bolsonaro, que possivelmente deixará o cargo ainda neste mês.

O banco com sede em Xangai, na China, foi criado em 2015, durante a gestão de Dilma na presidência da República, mas a indicação dela é controversa, na opinião do ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central

Henrique Meirelles. Em entrevista ao SBT, ontem, ele disse que a petista não tem perfil para a função. “Independentemente de ser dos Brics, o fato é que é um banco de desenvolvimento, que faz financiamento de projetos, então, o perfil é um pouco diferente do da ex-presidente Dilma”, afirmou. “É uma questão um pouco controversa a nomeação. Não é o perfil profissional e técnico dela.”

Na avaliação do economista Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos, o mercado financeiro não recebeu bem a indicação de Dilma, nome que simboliza um reforço da linha do governo Lula em escolher nomes políticos em vez de técnicos. Ele ponderou, no entanto, que, com a política externa mais ativa de Lula,

em especial com a China, a escolha pode trazer vantagens ao Brasil. “O mercado não vê como um nome competente, mas o lado positivo é que, como o governo Lula deve ser mais integrativo internacionalmente do que o governo Bolsonaro, isso pode gerar um benefício de estreitar as relações com a China”, frisou.

Relevância

Já para Benito Salomão, doutor em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o banco dos Brics não tem nenhuma grande relevância como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com ele, o gesto seria

apenas uma forma de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homenagear a petista. “É um pouco comum em alguns países que essa diplomacia econômica seja dada para ex-presidentes”, disse.

Confirmada a substituição, Dilma estará à frente do NBD até 2025, quando termina a presidência rotativa do banco a cargo do Brasil. A expectativa de fontes ligadas ao governo é que a ex-presidente assuma a função na China, antes da viagem de Lula para o país asiático, prevista para março. Troyjo, por sua vez, já teria sido convidado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicano), aliado de Bolsonaro, para assumir um cargo no Executivo estadual.

Antonio Augusto/Secom/TSE



Dilma não ocupa cargos públicos desde o impeachment, em 2016